Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
Artigo 72.º Reclassificação de solo urbano				
<p>1 - A reclassificação para solo urbano tem caráter excecional e deve fundamentar-se nas necessidades demonstradas de salvaguarda de valores de interesse público relevantes em termos ambientais, patrimoniais, económicos e sociais.</p>	<p>PS 1 - A reclassificação para solo urbano tem caráter excecional, limitada aos casos de inexistência de áreas urbanas disponíveis e deve fundamentar-se nas necessidades demonstradas de salvaguarda de valores de interesse público relevantes em termos ambientais, patrimoniais, económicos e sociais.</p>	<p>Livre 1 - A reclassificação para solo urbano tem caráter excecional, limitada aos casos de inexistência de solo urbano disponível nas áreas urbanas existentes disponíveis e deve fundamentar-se nas necessidades demonstradas de salvaguarda de valores de interesse público relevantes em termos ambientais, patrimoniais, económicos e sociais.</p>		
<p>3 - (Revogado.)</p>	<p>PS 3 - A salvaguarda do interesse público da transformação do solo deve incluir, na deliberação da reclassificação, os seguintes elementos: a) Demonstração da indisponibilidade de solo urbano, na área urbana existente, para a finalidade em concreto, através,</p>	<p>Livre 3 – [...] a) [...]</p>	<p>PSD 3 - A salvaguarda do interesse público da transformação do solo deve incluir, na deliberação da reclassificação, os seguintes elementos: a) Demonstração da indisponibilidade de solo urbano, na área urbana existente, para a finalidade em concreto, através,</p>	

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
	<p>designadamente, dos níveis de oferta e procura de solo urbano, com diferenciação tipológica quanto ao uso e dos fluxos demográficos;</p> <p>b) Demonstração do impacto da carga urbanística proposta, no sistema de infraestruturas existente, e a previsão dos encargos necessários ao seu reforço, à execução de novas infraestruturas e à respetiva manutenção;</p> <p>c) Demonstração da viabilidade económico-financeira da proposta, incluindo a identificação dos sujeitos responsáveis pelo financiamento, a demonstração das fontes de financiamento contratualizadas e de investimento público.</p>	<p>b) [...]</p> <p>c) [...]</p> <p>d) Demonstração da necessidade, identificada nos instrumentos de planeamento da política de</p>	<p>designadamente, dos níveis de oferta e procura de solo urbano, com diferenciação tipológica quanto ao uso e dos fluxos demográficos;</p> <p>b) a demonstração do impacto da carga urbanística proposta no sistema de infraestruturas existente e a previsão dos encargos necessários ao seu reforço, à execução de novas infraestruturas e à respetiva manutenção.</p> <p>c) Demonstração da viabilidade económico-financeira da proposta, incluindo a identificação dos sujeitos responsáveis pelo financiamento, a demonstração das fontes de financiamento contratualizadas e de investimento público.</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
		habitação municipal ou no relatório técnico de alteração dos planos territoriais municipais ou intermunicipais.		
6 - A reclassificação para solo urbano que se destine exclusivamente à execução de infraestruturas e de equipamentos de utilização coletiva, obedece aos critérios previstos no n.º 1 e, quando se justifique, no n.º 2, e processa-se através de procedimentos de elaboração, de revisão, de alteração de planos territoriais, nos quais é fixado o respetivo prazo de execução.	PS 6 - A reclassificação para solo urbano que se destine exclusivamente à execução de infraestruturas e de equipamentos de utilização coletiva, obedece aos critérios previstos no n.º 1 e 3 e, quando se justifique, no n.º 2, e processa-se através de procedimentos de elaboração, de revisão, de alteração de planos territoriais, nos quais é fixado o respetivo prazo de execução.			
7 - A reclassificação para solo urbano que se destine à instalação de atividades de natureza industrial, de armazenagem ou logística e aos respetivos serviços de	PS 7 - A reclassificação para solo urbano que se destine à instalação de atividades de natureza industrial, de armazenagem ou logística e aos respetivos serviços de	Livre 7 - A reclassificação para solo urbano que se destine à instalação de atividades de natureza industrial, de armazenagem ou logística e aos respetivos serviços de	PSD 7 – A reclassificação para solo urbano que se destine à instalação de atividades de natureza industrial, de armazenagem ou logística e aos respetivos serviços de	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
apoio, ou a portos secos, bem como à habitação destinada ao alojamento de trabalhadores agrícolas, pode ser realizada através da elaboração, revisão ou alteração de plano territorial, de acordo com os critérios previstos nos n.os 1 e 2, e sem prejuízo do disposto no n.º 9, bem como através do procedimento simplificado de reclassificação dos solos previsto no artigo 72.º-A.	apoio, ou a portos secos, bem como à habitação destinada ao alojamento de trabalhadores agrícolas, pode ser realizada através da elaboração, revisão ou alteração de plano territorial, de acordo com os critérios previstos nos n.os 1 a 3 e 2, e sem prejuízo do disposto no n.º 9, bem como através do procedimento simplificado de reclassificação dos solos previsto no artigo 72.º-A.	apoio, ou a portos secos, bem como à habitação destinada ao alojamento de trabalhadores agrícolas, pode ser realizada através da elaboração, revisão ou alteração de plano territorial, de acordo com os critérios previstos nos n.os 1 a 3, bem como através do procedimento simplificado de reclassificação dos solos previsto no artigo 72.º-A.	apoio, ou a portos secos, bem como à habitação destinada ao alojamento de trabalhadores agrícolas, pode ser realizada através da elaboração, revisão ou alteração de plano territorial, de acordo com os critérios previstos no n.º 1 a 3, bem como através dos procedimentos simplificados de reclassificação dos solos previstos nos artigos 72.º-A e 72.º-B.	
9 - O disposto no n.º 2 não se aplica a habitação destinada ao alojamento de trabalhadores agrícolas, no que respeita ao dever de contribuir para a consolidação das áreas urbanas existentes.	PS 9 – Revogado	Livre 9 – [Revogado]	PSD (texto igual ao do PS) 9 – [Revogado]	
11 - O prazo estabelecido de acordo com os n.os 5, 6 ou 7 não pode exceder os cinco	PS 11 - O prazo para concretizar as obras de urbanização e as obras de	PSD 11 - O prazo para concretizar as obras de urbanização e as obras de edificação a		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
anos a contar da data de publicação da deliberação do respetivo órgão deliberativo na 2.ª série do Diário da República.	edificação a desenvolver no solo reclassificado estabelecido de acordo com os n.os 5, 6 ou 7 não pode exceder os cinco três anos a contar da data de publicação da deliberação do respetivo órgão deliberativo na 2.ª série do Diário da República.	desenvolver no solo reclassificado estabelecido de acordo com os n.os 5, 6 ou 7 não pode exceder os quatro anos a contar da data de publicação da deliberação do respetivo órgão deliberativo na 2.ª série do Diário da República.		
12 - O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado, uma só vez, pelo período correspondente a, pelo menos, metade do prazo inicial, por razões excecionais e desde que as operações urbanísticas já tenham sido iniciadas.	PS 12 - O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado, uma só vez, pelo período correspondente a, pelo menos, até metade do prazo inicial, por razões excecionais, devidamente fundamentadas , e desde que as operações urbanísticas já tenham sido iniciadas.			
Artigo 72.º B - Regime especial de reclassificação para solo urbano com finalidade habitacional e usos complementares				
1 - Os municípios podem determinar a reclassificação para solo urbano mediante	PS 1 - Os municípios podem determinar a reclassificação para solo urbano mediante	IL 1 - Os municípios podem determinar a reclassificação para solo urbano mediante	Livre 1 - Os municípios podem determinar a reclassificação para solo urbano mediante	PSD (texto igual ao do PS na alíneas sinalizadas a verde) 1 – Os municípios podem determinar a reclassificação para solo urbano mediante

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>alteração simplificada do plano diretor municipal, sempre que a finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares e desde que, cumulativamente:</p> <p>a) Seja assegurada a consolidação e a coerência da urbanização a desenvolver com a área urbana existente;</p> <p>b) Pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública, ou a habitação de valor moderado, nos termos do n.º 8;</p>	<p>alteração simplificada do plano diretor municipal, sempre que a finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares e desde que, cumulativamente:</p> <p>a) Seja assegurada a contiguidade com o solo urbano, enquanto consolidação e a coerência da urbanização a desenvolver com a área urbana existente;</p> <p>b) Pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública, ou a habitação de valor moderado, nos termos do n.º 8 arrendamento acessível nos termos do decreto-lei n.º 68/2019, de 22 de maio ou a Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º</p>	<p>alteração simplificada do plano diretor municipal, sempre que a finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares e desde que, cumulativamente:</p> <p>a) (...)</p> <p>b) Pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública, ou a habitação de valor moderado, nos termos do n.º 8;</p>	<p>alteração simplificada do plano diretor municipal, exclusivamente quando sempre que a finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares e desde que, cumulativamente:</p> <p>a) (...)</p> <p>b) (...)</p>	<p>alteração simplificada do plano diretor municipal, sempre que a finalidade seja habitacional e usos complementares e desde que, cumulativamente:</p> <p>a) Seja assegurada a contiguidade com o solo urbano, enquanto consolidação e coerência da urbanização a desenvolver com a área urbana existente;</p> <p>b) Pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública, a arrendamento acessível nos termos do Decreto-Lei n.º 68/2019, de 22 de maio ou a Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, na sua redação atual;</p>

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>c) Seja delimitada e desenvolvida uma unidade de execução;</p> <p>d) Existam ou sejam garantidas as infraestruturas gerais e locais, assim como os equipamentos de utilização coletiva necessários e os espaços verdes adequados para cobrir as necessidades decorrentes dos novos usos;</p> <p>e) Seja compatível com a estratégia local de habitação, carta municipal de habitação ou bolsa de habitação.</p>	<p>65/2019, na sua redação atual;</p> <p>c) (...)</p> <p>d) (...)</p> <p>e) (...)</p>	<p>c) (...);</p> <p>d) Existam ou sejam garantidas as infraestruturas gerais e locais, assim como os equipamentos de utilização coletiva necessários e os espaços verdes adequados para cobrir as necessidades decorrentes dos novos usos;</p> <p>e) (...)</p>	<p>c) (...)</p> <p>d) (...)</p> <p>e) (...)</p>	<p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p> <p>e) Seja compatível com a estratégia local de habitação, carta municipal de habitação ou bolsa de habitação, quando exista.</p>
	<p>PS</p> <p>Novo número – Consideram-se usos complementares todas as funcionalidades em relação de dependência ou de complementaridade com a finalidade da habitação,</p>	<p>PSD</p> <p>Novo número – Consideram-se usos complementares todas as funcionalidades em relação de dependência ou de complementaridade com a finalidade de habitação,</p>		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
	não podendo ser com ela conflitantes.	não podendo ser com ela conflitantes.		
<p>2 - A reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo não pode abranger:</p> <p>a) Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, excluindo as áreas não abrangidas por regime de proteção;</p> <p>b) Zonas de perigosidade de estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves, bem como as que sejam identificadas, sendo objeto de decisão pela respetiva câmara municipal, ainda que não incorporadas no plano diretor municipal;</p> <p>c) Áreas abrangidas por programas especiais da orla</p>		<p>BE (substituição)</p> <p>2 – A reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo não pode abranger solos em áreas sensíveis, na Reserva Ecológica Nacional ou na Reserva Agrícola Nacional.</p>	<p>Livre</p> <p>2 - [...]:</p> <p>a) Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, excluindo as áreas não abrangidas por regime de proteção;</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>costeira, albufeiras de águas públicas e estuários; d) Áreas de risco potencial significativo de inundações previstas nos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações; e) Aproveitamentos hidroagrícolas.</p>			<p>d) [...]; e) [...].</p>	
<p>3 - A reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo não pode, também, abranger: a) Áreas classificadas nos termos do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) como faixa marítima de proteção costeira, praias, barreiras detríticas, tómbolos, sapais, ilhéus e rochedos emersos no mar, dunas costeiras e dunas fósseis, arribas e respetivas faixas de proteção, faixa terrestre de proteção costeira, águas de transição e respetivos leitos, margens</p>	<p>PS 3 - A reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo não pode, também, abranger: a) Áreas classificadas nos termos do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) como faixa marítima de proteção costeira, praias, barreiras detríticas, tómbolos, sapais, ilhéus e rochedos emersos no mar, dunas costeiras e dunas fósseis, arribas e respetivas faixas de proteção, faixa terrestre de proteção costeira, águas de transição e respetivos leitos, margens</p>	<p>BE 3 - Revogado.</p>	<p>Livre 3 - [...]; a) [...];</p>	<p>PSD 3 – [...]; a) [...];</p>

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>e faixas de proteção; cursos de água e respetivos leitos e margens; lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção; albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção, zonas adjacentes, zonas ameaçadas pelo mar e zonas ameaçadas pelas cheias;</p> <p>b) Terras classificadas como classe A1 ou solos classificados como classe A e classe B, que se devem manter como Reserva Agrícola Nacional, ficando afastada a aplicação do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de</p>	<p>e faixas de proteção; cursos de água e respetivos leitos e margens; lagoas e lagos e respetivos leitos, margens e faixas de proteção; albufeiras que contribuam para a conectividade e coerência ecológica da REN, bem como os respetivos leitos, margens e faixas de proteção, zonas adjacentes, zonas ameaçadas pelo mar e zonas ameaçadas pelas cheias; áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, áreas de elevado risco de erosão hídrica e áreas de instabilidade de vertentes;</p> <p>b) [...].</p>		<p>b) Terras classificadas como classe A1 ou solos classificados como classe A e classe B, que se devem manter como Reserva Agrícola Nacional, ficando afastada a aplicação do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de</p>	<p>b) Terras classificadas como classe A1 ou solos classificados como classe A e classe B, que se devem manter como Reserva Agrícola Nacional (RAN). ficando afastada a aplicação do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de</p>

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
março, alterado pelos Decretos-Leis n.os 199/2015, de 16 de setembro, 11/2023, de 10 de fevereiro, e 36/2023, de 26 de maio.			março, alterado pelos Decretos-Leis n.os 199/2015, de 16 de setembro, 11/2023, de 10 de fevereiro, e 36/2023, de 26 de maio.	março, alterado pelos Decretos-Leis n.os 199/2015, de 16 de setembro, 11/2023, de 10 de fevereiro, e 36/2023, de 26 de maio.
4 - Nas áreas onde se permite a reclassificação para solo urbano, fundamentada em parecer técnico dos serviços municipais ou de outra entidade contratada com competência técnica para o efeito, devem ser planeadas e executadas as medidas necessárias à salvaguarda da preservação dos valores e funções naturais fundamentais, bem como as medidas necessárias à prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens.	<p>CH 4 - Nas áreas onde se permite a reclassificação para solo urbano, fundamentada em parecer técnico dos serviços municipais ou de outra entidade independente ao município contratada com competência técnica para o efeito, devem ser planeadas e executadas as medidas necessárias à salvaguarda da preservação dos valores e funções naturais fundamentais, bem como as medidas necessárias à prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens.</p> <p>PS 4 - Nas áreas onde se permite a reclassificação para solo urbano, fundamentada em parecer técnico dos serviços municipais ou de outra entidade contratada com competência técnica para o efeito, devem ser planeadas e executadas as medidas necessárias à salvaguarda da preservação dos valores e funções naturais fundamentais, bem como as medidas necessárias à prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens.</p>	<p>PSD 4 – As áreas referidas no número anterior mantêm-se integradas no regime de Reserva Ecológica Nacional (REN) e de Reserva Agrícola Nacional (RAN), devendo, mediante parecer técnico dos serviços municipais ou de outra entidade contratada com competência técnica para o efeito, ser planeadas e executadas as medidas necessárias à salvaguarda da preservação dos valores e funções naturais fundamentais em causa, bem como as medidas necessárias à prevenção e mitigação de riscos para pessoas e bens, e não se</p>		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
			aplicando, respetivamente, o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto, na sua redação atual, e no artigo 14.º do Decreto Lei n.º 73/2009, de 31 de março, na sua redação atual.	
<p>5 - À reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo aplica-se o procedimento estabelecido nos n.os 3 e 4 do artigo 123.º devendo a proposta de deliberação conter os seguintes elementos:</p> <p>a) Fundamentação sumária da reclassificação nos termos do n.º 1;</p> <p>b) Peças escritas e desenhadas que incluam a delimitação da área abrangida, a área total de construção, o número máximo de fogos e a programação temporal das</p>	<p>CH</p> <p>5 - À reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo aplica-se o procedimento estabelecido nos n.os 3 e 4 do artigo 123.º devendo a proposta de deliberação conter os seguintes elementos:</p> <p>a) Fundamentação sumária técnica detalhada da reclassificação nos termos do n.º 1;</p> <p>b) Peças escritas e desenhadas que incluam a delimitação da área abrangida, a área total de construção, o número máximo de fogos e a programação temporal das</p>	<p>Livre</p> <p>5 - À reclassificação para solo urbano prevista no presente artigo aplica-se o procedimento estabelecido nos n.os 3 e 4 do artigo 123.º devendo a proposta de deliberação conter os seguintes elementos:</p> <p>a) Fundamentação técnica detalhada e independente sumária da reclassificação nos termos do n.º 1;</p> <p>b) Peças escritas e desenhadas que incluam a delimitação da área abrangida, a área total de construção, o número máximo de fogos e a programação temporal das</p>		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
obras de urbanização e edificação.	obras de urbanização e edificação.	obras de urbanização e edificação.		
	<p>Novo número</p> <p>CH (Novo 6) A deliberação para reclassificação de solos localizados em Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional é acompanhada de relatório técnico detalhado contendo:</p> <p>a) Análise de impacto ambiental, social e económico; b) Justificação da necessidade da reclassificação.</p>	<p>Novo número (alteração à proposta do CH) Livre (novo 6) A deliberação para reclassificação dos solos localizados em áreas de Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional é possível sempre que, no caso da Reserva Agrícola Nacional, as terras não sejam classificadas como classe A ou os solos classificados como classe A, B, C, Ch, D ou E sendo, em ambos os regimes, é acompanhada de relatório técnico detalhado, contendo:</p> <p>a) Análise de impacto ambiental, social e económico; b) Justificação da necessidade da reclassificação, demonstrativa que os</p>		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
		<p>benefícios decorrentes desta alteração superam de forma comprovada e considerável:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) o benefício de manter a função, sensibilidade e valor ecológicos das áreas a reclassificar; ii) a importância de proteger as áreas devido à sua exposição e suscetibilidade perante riscos naturais; iii) a importância de proteger o recurso solo como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola; iv) o contributo para a preservação dos recursos naturais, e v) o contributo para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza. 		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
	<p>Novo número PS</p> <p>Novo número – No caso de reclassificação para solo urbano em que a propriedade não seja exclusivamente pública, aplica-se o disposto do n.º 4 do artigo 123.º.</p>		<p>Novo número PSD (igual ao do PS)</p> <p>[Novo n.º ...] - No caso de reclassificação para solo urbano em que a propriedade não seja exclusivamente pública, aplica-se ainda o disposto no n.º 4 do artigo 123.º.</p>	
	<p>PS</p> <p>Novo número – No caso de reclassificação para solo urbano em que a propriedade seja exclusivamente pública, dispensam-se os elementos previstos no n.º 3 do artigo 72.º</p>			
	<p>Novo número CH</p> <p>(Novo número) Nos solos localizados em áreas da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional, acrescem ao disposto no número anterior pareceres vinculativos, devendo a câmara municipal promover</p>			

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
	<p>em simultâneo uma conferência procedimental em que todos os órgãos, serviços e pessoas coletiva públicas relevantes em função da matéria expressam a sua posição, que fica registada em ata, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 84.º.</p>			
	<p>CH (Novo número) A conferência procedimental prevista no número que antecede: a) É convocada simultaneamente com o envio para publicação do projeto de deliberação, ocorrendo obrigatoriamente durante o prazo da consulta pública, que tem o prazo mínimo de 20 dias; b) Após a sua realização e decorrido o prazo para consulta pública, a câmara</p>			

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
	municipal procede às alterações que entender necessárias e submete a proposta à aprovação da assembleia municipal, podendo ser convocada uma reunião extraordinária para o efeito.			
<p>6 - A reclassificação para solo urbano está sujeita a registo predial, mediante inscrição gratuita a promover oficiosamente pela câmara municipal com base em certidão da deliberação da assembleia municipal que procede à reclassificação, do qual deve constar a indicação das seguintes condições nela estabelecidas:</p> <p>a) Prazos de execução das obras de urbanização e de edificação;</p> <p>b) Obrigação de afetação de, pelo menos, 700/1000 da área total de construção</p>	<p>PS</p> <p>6 – [...]:</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Obrigação de afetação de, pelo menos, 700/1000 da área total de construção</p>	<p>IL</p> <p>6 – [...].</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Obrigação de afetação de, pelo menos, 700/1000 da área total de construção</p>	<p>PSD (texto igual ao do PS)</p> <p>6 – [...].</p> <p>a) [...];</p> <p>b) Obrigação de afetação de, pelo menos, 700/1000 da área total de construção</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>acima do solo para habitação pública ou para habitação de valor moderado, nos termos do n.º 8.</p>	<p>acima do solo para habitação pública, ou para habitação de valor moderado, nos termos de n.º 8 ou arrendamento acessível nos termos do Decreto-lei n.º 68/2019, de 22 de maio ou Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro.</p>	<p>acima do solo para habitação pública ou para habitação de valor moderado, nos termos de n.º 8.</p>	<p>acima do solo para habitação pública, arrendamento acessível nos termos do Decreto-Lei n.º68/2019, de 22 de maio ou Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, na sua redação atual.</p>	
<p>8 - Para os efeitos previstos no presente decreto-lei, considera-se habitação de valor moderado, toda aquela em que o preço por m2 de área bruta privativa não exceda o valor da mediana de preço de venda por m2 de habitação para o território nacional ou, se superior, 125 % do valor da mediana de preço de venda por m2 de habitação para o concelho da localização do imóvel, até ao máximo de</p>	<p>CH 8 - Para os efeitos previstos no presente decreto-lei, considera-se habitação de valor moderado, toda aquela em que o preço por m2 da área bruta privativa não exceda o valor da mediana de preço de venda por m2 de habitação para o concelho da localização do imóvel.</p>		<p>IL 8 - Revogado</p>	<p>PSD 8 – Revogado</p>

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
225 % do valor da mediana nacional.				
	<p>Novo número PS A Habitação a Custos Controlados promovida para arrendamento é transmissível, desde que salvaguardados todos os direitos e deveres inerentes, nomeadamente o dever de afetação dos fogos à promoção de habitação nos termos da alínea b) do n.º 6.</p>			<p>Novo número PSD (texto igual ao do PS) A Habitação a Custos Controlados promovida para arrendamento é transmissível, desde que salvaguardados todos os direitos e deveres inerentes, nomeadamente o dever de afetação dos fogos à promoção de habitação nos termos da alínea b) do n.º 6.</p>
<p>9 - Os valores de mediana previstos no número anterior são apurados de acordo com a última estatística disponível do Instituto Nacional de Estatística, I. P., à data da celebração do contrato de compra e venda, considerando todas as transações no caso dos preços de venda.</p>	<p>PS 9 - Revogado</p> <p>CH (Anterior nº 9) Os valores de mediana previstos no número anterior são apurados de acordo com a última estatística disponível do Instituto Nacional de Estatística, I. P., à data da celebração do contrato de compra e venda, considerando para o efeito o custo de construção da habitação nova.</p>	<p>IL, Livre e PSD 9 - Revogado</p>		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>10 - A afetação a habitação de valor moderado e a sujeição a limite do preço de venda de cada fração autónoma de edifício em propriedade horizontal e de cada prédio urbano destinados a habitação são factos obrigatoriamente sujeitos a registo predial, gratuito, a efetuar nos termos previstos por portaria a aprovar pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ordenamento do território, da justiça e da habitação.</p>	<p>PS 10 - Revogado</p>	<p>IL, Livre e PSD (texto igual ao do PS) 10 - Revogado</p>		
<p>11 - Os atos ou negócios jurídicos que tenham por objeto a transmissão, a oneração ou a promessa de transmissão ou de oneração de prédios destinados a</p>	<p>CH (anterior n.º 11) - Os atos ou negócios jurídicos que tenham por objeto a transmissão, a oneração ou a promessa de transmissão ou de oneração de prédios destinados a construção de habitação de valor moderado, ou de edifícios e frações autónomas construídos nesses prédios e sujeitos a limite do preço de venda, não podem ser titulados ou</p>	<p>IL 11 – Revogado Livre 11 - Os atos ou negócios jurídicos que tenham por objeto a transmissão, a oneração ou a promessa de transmissão ou de oneração de prédios destinados a</p>	<p>PSD 11 – Os atos ou negócios jurídicos que tenham por objeto a transmissão, a oneração ou a promessa de transmissão ou de oneração de prédios ou de edifícios e</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>construção de habitação de valor moderado, ou de edifícios e frações autónomas construídos nesses prédios e sujeitos a limite do preço de venda, não podem ser titulados ou realizados sem a menção desses factos e da sua inscrição definitiva no registo predial, ou em violação dos limites máximos constantes do n.º 8, sob pena de anulabilidade.</p>	<p>realizados sem a menção desses factos, incluindo o preço do imóvel e da sua inscrição definitiva no registo predial, ou em violação dos limites máximos constantes do n.º 8, sob pena de anulabilidade nulidade do contrato.</p> <p>PS 11 - Os atos ou negócios jurídicos que tenham por objeto a transmissão, a oneração ou a promessa de transmissão ou de oneração de prédios destinados a construção de habitação de valor moderado para arrendamento acessível ou Habitação a Custos Controlados, ou de edifícios e frações autónomas construídos nesses prédios e sujeitos a limite do preço de venda, não podem ser titulados ou realizados sem a menção desses factos e da sua inscrição definitiva no registo predial, ou em violação dos limites máximos constantes do n.º 8, sob pena de anulabilidade.</p>		<p>construção de habitação para arrendamento acessível ou Habitação a Custos Controlados, de valor moderado, ou de edifícios e frações autónomas construídos nesses prédios e sujeitos a limite do preço de venda, não podem ser titulados ou realizados sem a menção desses factos, e da sua inscrição definitiva no registo predial, ou em violação dos limites máximos constantes do n.º 8, sob pena de anulabilidade.</p>	<p>frações autónomas referidos na alínea b), do n.º 1 do artigo 72.º B não podem ser titulados ou realizados sem a menção desses factos e da sua inscrição definitiva no registo predial, ou em violação dos limites máximos de preço estabelecidos nos respetivos regimes, sob pena de anulabilidade.</p>
<p>12 - O município possui direito de preferência após a primeira transmissão de prédios ou de frações autónomas construídas em solos reclassificados ao abrigo do presente artigo.</p>			<p>IL 12 - Revogado</p>	<p>Livre 12 - O município possui direito de preferência após a primeira na transmissão de prédios ou de frações autónomas construídas em solos reclassificados ao abrigo do presente artigo.</p>
<p>13 - O disposto no presente artigo é regulamentado por</p>	<p>PS 13 - Revogado</p>	<p>Livre, PSD 13 - Revogado</p>	<p>IL 13 - O disposto no presente artigo é regulamentado por</p>	

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ordenamento do território e da habitação, sem prejuízo dos limites fixados no n.º 8.			portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do ordenamento do território e da habitação, sem prejuízo dos limites fixados no n.º 8.	
Artigo 123.º Alteração simplificada				
1 - Estão sujeitas a um regime procedimental simplificado as alterações de planos territoriais que não impliquem a reclassificação para solo urbano, bem como outras que a lei assim determine, e resultem da necessidade de: a) Requalificação do solo decorrente de: i) Cessação de servidões administrativas e de restrições de utilidade pública; ii) Desafetação de bens móveis do domínio público ou dos fins de utilidade pública a que se encontravam adstritos,	PS 1 - Estão sujeitas a um regime procedimental simplificado as alterações de planos territoriais que não impliquem a reclassificação para solo urbano, bem como outras que a lei assim determine, e resultem da necessidade de: a) Requalificação do solo decorrente de: i) [...]; ii) Desafetação de bens imóveis do domínio público ou dos fins de utilidade pública a que se encontravam adstritos,	IL 1 - (...): a) (...): i) (...) ii) (...)	PSD (texto igual ao do PS) 1 – [...]. a) [...]: i) [...]; ii) Desafetação de bens imóveis do domínio público ou dos fins de utilidade pública a que se encontravam adstritos,	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>designadamente os do domínio privado indisponível do Estado; iii) Cessação de atividades económicas ou do uso de infraestruturas ou equipamentos determinantes da qualificação da área abrangida, desde que pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública ou a habitação de valor moderado nos termos do n.º 8 do artigo 72.º-B, sem prejuízo das infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva necessários e da necessidade de garantir o habitat;</p>	<p>designadamente os do domínio privado indisponível do Estado; iii) Cessação de atividades económicas ou do uso de infraestruturas ou equipamentos determinantes da qualificação da área abrangida, desde que pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública ou a habitação de valor moderado nos termos do n.º 8 do artigo 72.º-B, arrendamento acessível nos termos do Decreto-lei n.º 68/2019, de 22 de maio, ou a Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, na redação atual, sem prejuízo das infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva necessários e da</p>	<p>iii) Cessação de atividades económicas ou do uso de infraestruturas ou equipamentos determinantes da qualificação da área abrangida, desde que pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública ou a habitação de valor moderado nos termos do n.º 8 do artigo 72.º-B, sem prejuízo das infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva necessários e da necessidade de garantir o habitat;</p>	<p>designadamente os do domínio privado indisponível do Estado; iii) Cessação de atividades económicas ou do uso de infraestruturas ou equipamentos determinantes da qualificação da área abrangida, desde que pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo se destine a habitação pública, a arrendamento acessível nos termos do Decreto-Lei n.º68/2019, de 22 de maio, a Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, na sua redação atual, sem prejuízo das infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva necessários e da necessidade de garantir o habitat;</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>b) Alteração de delimitação da área de solo urbano inicialmente abrangida por plano de urbanização ou de pormenor ou pelas respetivas unidades de execução e ou previsão de outra forma de execução de uma unidade operativa de planeamento e gestão;</p> <p>c) Alteração do número de fogos ou tipologias, bem como de características de desenho urbano e de edificação sem impacto nos demais parâmetros urbanísticos;</p> <p>d) Alteração da altura máxima das edificações ou volume das instalações industriais;</p>	<p>necessidade de garantir o habitat;</p> <p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p>	<p>b) (...);</p> <p>c) (...);</p> <p>d) (...);</p>	<p>b) [...];</p> <p>c) [...];</p> <p>d) [...];</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>e) Adoção dos parâmetros para o dimensionamento das áreas destinadas a cedência para habitação pública, de custos controlados ou para arrendamento acessível, para os efeitos previstos nos artigos 43.º e 44.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, e de parâmetros de estacionamento público e privativo para as operações urbanísticas em que pelo menos 700/1000 da área de construção dos edifícios acima do solo se destine àquelas finalidades, nos termos previstos na lei;</p>	<p>e) [...];</p>	<p>e) (...)</p>	<p>e) [...];</p>	
<p>f) Concretização do disposto na alínea b) do n.º 6 do artigo 22.º da Lei n.º</p>	<p>f) [...];</p>	<p>f) (...)</p>	<p>f) [...];</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>83/2019, de 3 de setembro, na sua redação atual;</p> <p>g) Previsão da possibilidade de majoração até 20 % do índice de construção aplicável em áreas específicas a delimitar pela alteração simplificada, na condição de pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo correspondente à majoração ser afeta a habitação pública ou a habitação de valor moderado, nos termos do n.º 8 do artigo 72.º-B.</p>	<p>g) Previsão da possibilidade de majoração até 20 % do índice de construção aplicável em áreas específicas a delimitar pela alteração simplificada, na condição de pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo correspondente à majoração ser afeta a habitação pública, a habitação de valor moderado, nos termos do n.º 8 do artigo 72.º-B arrendamento acessível nos termos do Decreto-lei n.º 68/2019, de 22 de maio, ou a Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, na redação atual.</p>	<p>g) Eliminar.</p>	<p>g) Previsão da possibilidade de majoração até 20 % do índice de construção aplicável em áreas específicas a delimitar pela alteração simplificada, na condição de pelo menos 700/1000 da área total de construção acima do solo correspondente à majoração ser afeta a habitação pública, a arrendamento acessível nos termos do Decreto-Lei n.º68/2019, de 22 de maio ou a Habitação a Custos Controlados, nos termos da Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro, na sua redação atual.</p>	
<p>4 - A deliberação referida no número anterior é publicada</p>	<p>PS (substituição) 4 – As alterações referidas no presente artigo, quando</p>	<p>Livre 4 – As alterações referidas no presente artigo, quando</p>	<p>PSD 4 – As alterações referidas no presente artigo, quando</p>	

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
na 2.ª série do Diário da República, sendo aplicável o n.º 7 do artigo 191.º	não ocorram em solo de propriedade exclusivamente pública, dependem de parecer não vinculativo da comissão de coordenação e desenvolvimento regional, quanto à conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e à compatibilidade ou conformidade com os programas e os planos territoriais eficazes, devendo convocar uma conferência procedimental previamente à emissão de parecer, o qual deve ser proferido no prazo de 20 dias a contar da data do envio da proposta, sob pena de deferimento tácito.	não ocorram em solo de propriedade exclusivamente pública, dependem de parecer não vinculativo da comissão de coordenação e desenvolvimento regional, quanto à conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e à compatibilidade ou conformidade com os programas e os planos territoriais eficazes, devendo convocar uma conferência procedimental previamente à emissão de parecer, o qual deve ser proferido no prazo de 20 dias a contar da data do envio da proposta, sob pena de deferimento tácito.	não ocorrem em solo de propriedade exclusivamente pública, dependem do parecer não vinculativo da comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente , quanto à conformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes e à compatibilidade ou conformidade com os programas e os planos territoriais eficazes, devendo convocar uma conferência procedimental previamente à emissão de parecer , o qual deve ser proferido no prazo de 20 dias a contar da data do envio da proposta, com deferimento tácito automático .	
5 - (Revogado.)	PS 5 – A conferência procedimental prevista no número anterior é feita com todos os órgãos, serviços e			

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
	pessoas coletivas públicas relevantes em função da matéria, que expressam a sua posição, que fica registada em ata, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 84.º.			
6 – (Revogado.)	PS (substituição) 6 – A deliberação referida no número 3 é publicada na 2.ª série do Diário da República, sendo aplicável o n.º 7 do artigo 191.º.	PSD (texto igual ao do PS) 6 – A deliberação referida no número 3 é publicada na 2.ª série do Diário da República, sendo aplicável o n.º 7 do artigo 191.º.		
Artigo 199.º Classificação do solo				
3 - Ficam automaticamente suspensas, até à inclusão das regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei, as normas relativas às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, como tal classificadas nos planos territoriais em vigor,	PSD 3 - Ficam automaticamente suspensas, até à inclusão das regras de classificação e qualificação previstas no presente decreto-lei, as normas relativas às áreas urbanizáveis ou de urbanização programada, como tal classificadas nos planos territoriais em vigor,			

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
<p>não podendo, nessa área e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo, sob pena de nulidade desses atos, nos termos do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.</p>	<p>não podendo, nessa área e enquanto durar a suspensão, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo, sob pena de nulidade desses atos, nos termos do artigo 69.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual.</p>			
<p>5 - A eficácia das exceções previstas no n.º 4 depende de declaração emitida pela câmara municipal com a identificação e delimitação das áreas objeto da exceção, a qual é transmitida à comissão de coordenação e desenvolvimento regional territorialmente competente acompanhada da respetiva fundamentação, e está sujeita a publicação, publicitação e depósito nos termos previstos no</p>	<p>PSD 5 -</p>			

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
presente decreto-lei para as alterações aos planos territoriais.				
6 - A suspensão das normas nos termos do n.º 3 não impede a realização das operações urbanísticas em áreas urbanizáveis ou de urbanização programada cuja finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares, nos termos do artigo 72.º-B, aplicando-se o procedimento de reclassificação do solo para estas finalidades.	PSD 6 - A suspensão das normas nos termos do n.º 3 não impede a realização das operações urbanísticas em áreas urbanizáveis ou de urbanização programada cuja finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares, nos termos do artigo se enquadre no disposto nos artigos 72.º A e 72.º-B , aplicando-se o procedimento de reclassificação do solo para aquelas estas finalidades respetivamente.	PS 6 - A suspensão das normas nos termos do n.º 3 não impede a realização das operações urbanísticas em áreas urbanizáveis ou de urbanização programada cuja finalidade seja habitacional ou conexas à finalidade habitacional e usos complementares, nos termos do artigo 72.º-B, aplicando-se o procedimento de reclassificação do solo para estas finalidades.		
7 - Para os efeitos previstos no n.º 3, a comissão de coordenação e desenvolvimento regional competente identifica as	PS 7 – Revogado.	PSD 7 – A suspensão prevista no número 3 é decretada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) territorialmente		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
disposições objeto de suspensão, ouvido o município, podendo este, no prazo de 30 dias, demonstrar que o incumprimento decorreu de motivo que não lhe é imputável.		competente após audição do município.		
		Novo número PSD 8 – [Novo] Para efeitos do número anterior, a suspensão não pode ser decretada caso o município demonstre, fundamentadamente, que a conclusão do processo de revisão dos planos territoriais se encontre em fase de conclusão ou cujo atraso tenha ocorrido por motivos que não lhe sejam imputáveis.		
		9- [Novo] – A CCDR fixa a duração do levantamento da suspensão tendo em consideração o tempo previsivelmente necessário		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
		para a conclusão do processo de revisão dos planos.		
	Artigo 3.º A - Vigência		Artigo 3.º A - Retroatividade	
	<p>PS</p> <p>1 – O presente Decreto-lei vigora durante <u>quatro</u> anos contados a partir da data da respetiva produção de efeitos.</p>		<p>PSD</p> <p>1 – O presente Decreto-Lei retroage a 31 de dezembro de 2024.</p>	
	<p>PS</p> <p>2 - A prorrogação do regime depende da avaliação dos seguintes fatores:</p> <p>a) Aumento do número de habitações e custos controlados, habitações no arrendamento acessível ou habitações públicas, decorrente dos projetos promovidos nos solos convertidos ao abrigo do presente Decreto-Lei;</p> <p>b) Manutenção ou redução do valor mediano das vendas por m2 de</p>	<p>Livre</p> <p>2 – (...)</p> <p>a) (...)</p> <p>b) Manutenção ou redução Redução do valor mediano das vendas por m2 de</p>		

Mapa comparativo das propostas de alteração iniciais do CH, PS e PSD e das proposta de alteração às propostas iniciais de vários grupos parlamentares

Redação atual do DL 80/2015, na redação dada pelo DL 117/2024	Propostas de alteração iniciais	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração	Propostas de alteração às propostas de alteração
	alojamentos familiares e do valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, com base nos dados do INE por freguesia ou, não existindo, por concelho ou, não existindo, por NUTS III.	alojamentos familiares e do valor mediano das rendas por m2 de novos contratos de arrendamento de alojamentos familiares, com base nos dados do INE por freguesia ou, não existindo, por concelho ou, não existindo, por NUTS III.		
	<p>PS</p> <p>3 – A prorrogação do regime é precedida da apresentação e discussão na Assembleia da República, pelo Governo, de um relatório de avaliação da aplicação do presente decreto-lei, nos termos do número anterior, que fundamente a decisão.</p>	<p>Livre</p> <p>3 - A prorrogação do regime é precedida da apresentação e discussão na Assembleia da República, pelo Governo, de processo de consulta pública com uma duração mínima de 30 dias e de um relatório de avaliação da aplicação do presente Decreto-Lei, nos termos do número anterior, que fundamente a decisão.</p>		